

E o sertão potiguar era (e é) indígena

MEDEIROS DE MACEDO, Helder Alexandre. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. UFRN, 2011. 325 p.

Felipe F. Vander Velden

Durante muito tempo, acostumamo-nos a ler em publicações acadêmicas e na imprensa que as duas únicas unidades da federação em que não haviam restado mais índios eram o Piauí e o Rio Grande do Norte. A violência, real e simbólica, teria sido uma constante que, a partir do século XVI, conduziu os povos indígenas desses dois estados ao massacre e ao extermínio completo, e não a uma invisibilidade, conforme já se demonstrou ter ocorrido com numerosas populações indígenas nos demais estados da região nordeste e em outras áreas do Brasil. Mais do que isso, a extinção física daqueles povos ter-se-ia feito acompanhar por um apagamento de sua presença e atuação enquanto agentes históricos, e isso pela própria historiografia: varridos do espaço, eles foram também expulsos do tempo, e a sua história resumir-se-ia a uma coleção de fragmentos muito antigos – a ocupar senão capítulos introdutórios – cujos mínimos lampejos apagar-se-iam logo ao simples aparecimento dos colonizadores europeus, e cujos traços, ínfimos, seriam tão somente as sementes – em tudo obliteradas pelo esforço branqueador da memorialística – das muitas das famílias que fundaram o povoamento dos sertões e dominam aquelas regiões até os dias de hoje: os tantos e antiquíssimos “índios pegos no laço” ou as onipresentes “índias presas a dente de cachorro”.

É certo que esta “*marginalização historiográfica*” – conforme define Helder Macedo (pág. 154) – dos povos indígenas em certas áreas do Brasil – senão em todo o país, em maior ou menor medida – constituiu-se (e constitui-se, cério poder afirmar) em processo de longa duração, que começa já na conquista, com a construção discursiva de um sertão *vazio* – e, portanto, sem história – ou de terras bravias habitadas por gente cuja comunicação – e, portanto, o registro histórico – esteve impedida por uma profusão desconcertante de línguas, e que fora, então, reunida indiscriminadamente (note-se, aos

nossos olhos, não ao olhar do colonizador quinhentista e seiscentista) em categorias étnicas superabrangentes como *Tapuia*, ou mesmo sob identidades aparentemente estáveis, mas – sabemos-lo hoje – não menos problemáticas, como *Janduí* ou *Tarairiú*. Fazer destes preconceitos (por assim dizer) dos primeiros europeus que por estas terras andaram nossa explicação da história do Brasil é, no mínimo, fortalecer a tese de que um país fora *descoberto*, e não *conquistado* ou *invadido*, já tão criticada pelos movimentos indígenas contemporâneos.

A invisibilização ocorreu, sim, na historiografia, em que os índios – presos a etnônimos em sua maioria impostos por outrem (incluindo-se o já tão debatido *Tapuia*) – desapareceram, “confundidos com a massa da população regional”, seu lugar na história do Brasil negado pela ausência de referências a eles em boa parte das fontes e, pior, por uma suposta e atribuída carência de agentividade, criatividade e elaboração de projetos políticos e de vida culturalmente singulares. No entanto, algo insistia em permanecer naqueles lugares em que as leis, na segunda metade dos oitocentos, declaravam a inexistência de índios, como foi o caso dos índios de Brejo do Burgo (onde hoje vivem os Pankararé) que, mesmo depois de determinada a extinção de todos os aldeamentos no norte baiano no final do século XIX, continuavam a ser notados como grupo etnicamente diferenciado mesmo pelos documentos mais oficiais, os Relatórios da Presidência da Província, que li durante uma pesquisa sobre a presença indígena em Canudos (esta também fartamente ignorada pela etnografia). Desaparecidos ou notados de formas oblíquas, é certo que o apagamento documental ou histórico desses povos não deve ser confundido com seu desaparecimento definitivo, e muito menos com sua imobilidade diante do fluxo dos eventos que os atingiam nos locais em que habitavam: os índios estiveram lá, sim, fazendo história e, sobretudo, fazendo sua história.

Este cenário de invisibilidade começou a alterar-se a partir dos anos de 1980, com o renovado interesse da historiografia pelos índios, e com leituras antropologicamente mais precisas dos ricos acervos documentais disponíveis no Brasil (ver Farage 1991; Carneiro da Cunha 1992; Monteiro 1994; ver também Celestino de Almeida 2010). Este ajuste no foco do olhar sobre os documentos históricos permitiram perceber a presença significativa de indígenas em todas as regiões e eventos importantes da história do país, e isso mesmo em áreas consideradas desde há muito “livres” de índios (como as Minas do ouro, como mostra o instigante estudo recente de Adriana Romeiro (2009) sobre a presença indígena na Guerra dos Emboabas) e em períodos nos quais já se pressupunha a

erradicação do componente indígena da população brasileira de certa região (como em várias regiões do nordeste brasileiro nos séculos XIX e XX). O caso analisado por Helder Macedo encaixa-se perfeitamente no perfil desta redescoberta: a existência de indígenas no sertão do Rio Grande do Norte, principalmente ao longo do século XVIII, quando se supunha que, naquela altura – e depois da invasão holandesa, da reconquista portuguesa, da Guerra dos Bárbaros e da plena ocupação das ribeiras por fazendas de gado – já nada mais restasse dos antigos moradores daquelas terras para contar a (sua) história.

Pois, como já dito, os indígenas estavam lá, estiveram lá o tempo todo, e isso os artigos anteriores de Helder (Medeiros de Macedo 2005a; 2005b; 2008) já vinham demonstrando – “*em contraposição à ideia de desaparecimento dos nativos propugnada pela historiografia regional*” (pág. 143) –, na esteira do trabalho pioneiro da historiadora Fátima Martins Lopes (2003), que prefacia o livro aqui resenhado. Helder tem agora, no livro – fruto de sua dissertação de mestrado, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN – a oportunidade de aprofundar a apresentação de suas descobertas em fontes documentais pouco exploradas e as suas análises deste material, descortinando uma rica história indígena no interior do estado Potiguar que apenas agora começamos a compreender. E contrapondo-se aos discursos da historiografia regional e dos memorialistas – estes historiadores frequentemente comprometidos com ufanistas visões do progresso – que, a partir do século XIX, compram de bom grado as notícias do “*desaparecimento, extermínio, fuga e morte*” dos índios como se fossem a versão definitiva e inescapável da história.

Pulemos o primeiro capítulo, cuja discussão teórica é um tanto fatigante. A partir do segundo capítulo Helder Macedo reconta detalhadamente a conturbada e dinâmica história da ocupação do Rio Grande do Norte – de sua *ocidentalização* (holandesa primeiro, portuguesa depois, processo que se desenrola a partir da construção de um sertão *vazio*, pois sustenta que, se não há documentos, não há história ali antes da chegada dos europeus), termo que empresta de Serge Gruzinski, mas que seus dados teimarão, me parece, em negar, a partir da descoberta de que os índios, esses outros, permaneciam – desde as primeiras prospecções até a conquista holandesa e a posterior reocupação, em fins do século XVII, pela Coroa portuguesa. Nada de novo até aqui, não fosse o autor notar que até este ponto vão a memorialística e a historiografia tradicional do estado: uma vez concluídos os eventos que movimentaram aquele rude cenário sertanejo com a definitiva ocupação dos vales dos rios Acauã, Seridó, Espinharas e

Piranhas – pelo gado e o ciclo do couro – ou, como diz o autor, da definitiva sobreposição de uma territorialidade colonial sobre as múltiplas territorialidades indígenas originárias –, os indígenas saem de cena para dar origem ao ocidental e ao moderno.

Mas não saíram: “*os índios sobreviveram em meio ao mundo colonial*” (pág. 110); e é isso que o autor deixa claro com especial ênfase no quarto capítulo do livro, ao debruçar-se de forma cirúrgica nos documentos – datados entre 1670 e 1840 – referentes à antiga e extensa Freguesia da Gloriosa Santa Ana do Seridó (criada em 1747 e instalada no ano seguinte) que, em que pese o desconhecimento atual de seus antigos limites, estava situada bem no centro do que é hoje o Rio Grande do Norte e o norte da Paraíba. Trabalhando com um tipo de fonte ainda pouco explorado pelos estudos em história indígena – a documentação dispersa em cartórios e arquivos paroquiais por centenas de municípios brasileiros (aqui, neste caso, arquivados na cidade de Caicó/RN) – Helder nos dá a conhecer uma presença indígena (e mestiça) marcante em vários setores da vida social colonial naqueles sertões, da vida familiar ao trabalho nas fazendas, dos postos administrativos aos serviços militares, da persistência da escravidão (pela pobreza ou pela guerra) à dureza das condições de sobrevivência, do batismo ao enterro, passando pelos casamentos. Tal esforço tingem com cores nativas um sertão que se imaginava, no máximo, mestiço de branco e negro (muito mais branco, diga-se de passagem), que teria engolido o contingente indígena de forma tão brutal que dele não teria restado senão uma memória quase pré-histórica.

Mais interessante ainda, Helder Macedo descobre detalhes das vidas desses indígenas, preenchendo (com um pouco, é fato) de carne e sangue – leiam-se nomes, idades, ocupações, laços de parentesco, trajetórias individuais – a frieza dos dados demográficos e estatísticos. Assim, ficamos sabendo não apenas que o Sertão do Seridó tinha entre seus batizados, no início do século XIX, 1,16% de índios, mas um pouquinho da biografia desses Anastácios, Domingas, Tomás, Bibianas e Josés, *tapuias* e *curibocas* (depois apenas *pardos*), filhos de uniões mistas, “*verdadeira[s] precisidade[s]*” (pág. 187), e que fizeram suas vidas – reconhecidos como índios, assim nascidos, assim enterrados – em um mar de colonizadores que desbravava o interior da capitania norte-rio-grandense e ali se instalava, parte deles constituindo uma elite que, décadas depois, se ocupará em negar veementemente a presença indígena na região, a importância dela na consolidação da mesma e, mais importante, a persistência deste contingente populacional específico.

Tais itinerários micro-históricos, que conferem substância aos números tabulados pelo autor no capítulo final do livro, são, a meu ver, o ponto forte do trabalho.

Que os povos indígenas foram “*sujeitos de sua própria história e atores políticos responsáveis por seu maior ou menor envolvimento no sistema colonial*” já estamos cansados de saber. Em que pese a repetição exaustiva deste bordão nas páginas do livro – talvez, fruto de alguma resistência por parte dos historiadores em aceitar o fato e todas as suas consequências – Helder tem o mérito de retirar da invisibilidade historiográfica gente que há muito se foi, mas, mais do que isso, gente que sequer se julgava ter mesmo existido. Este feito – e a mensagem que deseja passar – contrasta, até certo ponto, com algumas passagens, sobretudo do primeiro capítulo, em que se insiste na “*imposição da cultura ocidental sobre os modos de vida e as cosmogonias [sic] nativas*” (pág. 40). Não creio que esta “imposição” tenha sido fato indiscutível – e isso o próprio trabalho do autor se ocupa em demonstrar, na permanência dos índios na vida colonial do sertão do Seridó (e continua até os dias de hoje, como se verá). Tal contestação desta troca dos índios pelos brancos – que aparece como fato consumado na memorialística e na historiografia tradicional – nega a formação de uma sociedade regional homogênea (leia-se, com a cara das elites locais), assim como confere substância à noção de *resistência* por parte dos povos indígenas, que o autor também usa, mas que poderia não utilizar, tendo em vista a crítica que sugere a lógica da *reação* como redutora – mera resposta – das *ações* – estas, sim, intencionais, planejadas, politicamente informadas e interessadas – dos indígenas.

O fato é que os discursos da mestiçagem e da ocidentalização ao longo dos séculos não faz justiça à permanência das alteridades indígenas nos quatro cantos do Brasil. Muito mais rentável é o investimento nas formas políticas e culturais da *invisibilização*, processos cuja complexidade – incluindo-se o fato de que nunca foi, ao que parece, completamente eficiente – foi recentemente analisada em um excelente artigo de Carlos Guilherme Octaviano do Valle (2011). Com isto, Helder Macedo, acredito, concorda, ao reconhecer que “*a população indígena do território hoje conhecido como Seridó não havia **desaparecido** totalmente e da forma brutal após a chegada dos conquistadores brancos*” (pág. 18, grifo no original). Ou seja, parafraseando Sherlock Holmes, diria que os boatos sobre a morte desses povos foram “desmedidamente exagerados”.

Resta saber se a ideia de uma substituição das formas nativas de apropriação do território por um modelo único, colonial-ocidental-exploratório – neste longo processo de *remapeamento* do sertão, que Helder desvela ao longo dos terceiro e quarto capítulos do

livro –, pode ser assim levada tão ao pé da letra. Na verdade, creio, a própria noção de *mestiçagem* (também de S.Gruzinski, modo como este autor busca rever a tese do “*total arrasamento das culturas autóctones*”, pág. 212), se vale para o sangue e a cultura, também deveria valer para as territorialidades: assim, não há sobreposição (na forma de destruição e substituição) de mapas ocidentais (seja lá o que for isso) em cima de cartografias nativas, mas amálgama ou, antes, a formação de um mosaico de formas de relacionamento com o espaço e seus recursos que não só combinam elementos de fontes distintas mas também supõem a coexistência de diferentes territorialidades. Mesmo que estas tenham sido, por longo tempo, negadas e permanecido – como, de resto, parece ter acontecido com toda a alteridade no nordeste do Brasil – ocultas ao conhecimento geral até muito recentemente. Atente-se, por exemplo, para as territorialidades negras no Rio Grande do Norte – para ficarmos na região que nos interessa aqui –, “redescobertas” muito a partir do trabalho pioneiro de Luís Assunção com os negros do Riacho (Assunção 1994). O mesmo se diga dos índios, e com isso concluo.

O livro de Helder Macedo, para além de recomendada leitura, insere-se, hoje, em um contexto político especial, no qual diversos grupos indígenas no Rio Grande do Norte – antes, como já disse, um estado sem índios – passam a reivindicar o reconhecimento de seus direitos: temos os Potiguara na Baía Formosa (litoral sul) e outros três grupos no interior, os Eleutério do Catu, os Caboclos do Açú e os Mendonça do Amarelão, estes últimos já sujeitos de uma etnografia pioneira recém-publicada (Guerra 2011). O livro aqui resenhado, portanto, dá profundidade histórica a uma realidade que se desenrola ainda hoje, descortinando-se de modo renovado: a presença indígena naquele estado, mais do que *residual* – nas pinturas rupestres, na toponímia ou “*nas cozinhas das casas de moradia na zona rural*” (pág. 15) – e mesmo *histórica*, volta, hoje, a ser *real*. Se Helder concede aos índios visibilidade histórica ao resgatá-los do silêncio em que jaziam nos documentos – ao sugerir, já nas considerações finais (pág. 214), que falemos em *encobrimento* ou em *ocultamento* dos índios, e não mais em seu *desaparecimento* –, sua visibilidade presente atesta suas próprias capacidades criativas, que as tais ocidentalização e mestiçagens não lograram destruir.

Felipe F. Vander Velden

Doutor em Antropologia, Unicamp
Professor do Departamento de Ciências Sociais - UFSCar

Referências Bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Luiz. 1994. *Os Negros do Riacho: estratégias de sobrevivência e identidade social*. Natal: EdUFRN.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). 1992. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras.
- CELESTINO DE ALMEIDA, Maria Regina. 2010. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- FARAGE, Nádia. 1991. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs.
- GUERRA, Jussara Galhardo A.. 2011. *Identidade indígena no Rio Grande do Norte: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão*. Natal: Editora Imeph.
- LOPES, Fátima Martins. 2003. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró/Natal: Fundação Vingt-un Rosado/ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- MEDEIROS DE MACEDO, Helder Alexandre. 2005a. "Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó". *Mneme – Revista de Humanidades*, vol. 5 (13), 2004/2005.
- _____. 2005b. "Desvendando o passado índio do sertão: memórias de mulheres do Seridó sobre as caboclas-brabas". *Vivência*, n. 28, pp. 145-157.
- _____. 2008. "Escravidão indígena no sertão da capitania do Rio Grande do Norte". *Revista Brasileira de História*, vol. 28 (56), pp. 449-462.
- MONTEIRO, John Manuel. 1994. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OCTAVIANO DO VALLE, Carlos Guilherme. 2011. "Terras, índios e caboclos em foco: o destino dos aldeamentos indígenas no Ceará (Século XIX)" In: João Pacheco de Oliveira (org), *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 447-482.
- ROMEIRO, Adriana. 2009. *Paulistas e emboabas no coração das minas – Ideias, práticas e imaginário político no século 18*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Recebido em: 04/09/2012

Aceito para publicação em: 10/09/2012